Uma lei-quadro com uma Parte específica para cripto

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

O Financial Services and Markets Act 2022 (FSMA, a lei-quadro dos serviços e mercados financeiros) foi promulgado como Lei n.º 18 de 2022 e sancionado em 25 de abril de 2022. Seu título longo descreve-o como uma lei destinada a prover uma regulação dos serviços e mercados financeiros para todo o setor financeiro. O título longo inclui expressamente o licenciamento e a regulação dos prestadores de serviços de tokens digitais (digital token service providers).[1] A lei reúne poderes que a MAS (Monetary Authority of Singapore) detinha anteriormente em leis separadas, como o poder de emitir ordens de proibição, de impor exigências de risco tecnológico e de regular para fins de prevenção à lavagem de dinheiro (AML), e confere-lhes uma base única para todo o setor. Entrou em vigor em etapas: a s. 202 em 30 de junho de 2022; as Partes 1, 2, 4, 6, 10 e 11 em 28 de abril de 2023; as Partes 5, 7 e 8 em 10 de maio de 2024; e a Parte 3 em 31 de julho de 2024.[2] A Parte 9, sobre os prestadores de serviços de tokens digitais, foi a última a entrar em vigor, em 30 de junho de 2025.

A Parte 9 tem um único propósito. Implementa a exigência do GAFI (FATF), introduzida na revisão de 2019 da Recomendação 15 e de sua Nota Interpretativa, de que cada país licencie ou registre os prestadores de serviços de ativos virtuais

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

(VASPs) constituídos em sua jurisdição, onde quer que prestem seus serviços.[3] Antes da Parte 9, uma sociedade constituída em Singapura que prestasse serviços cripto exclusivamente a clientes fora de Singapura ficava fora do Payment Services Act, porque essa lei exige um negócio de prestação de serviço de pagamento "in Singapore". Ficava também fora do Securities and Futures Act (SFA), porque negociava DPTs, e não capital markets products. Uma sociedade assim podia usar a bandeira de Singapura, um escritório em Singapura e contas bancárias em Singapura sem ser supervisionada por ninguém. O processo de avaliação mútua do GAFI identificou essa lacuna, que a Parte 9 fecha.

Notas

1. Financial Services and Markets Act 2022 (No. 18 of 2022), sancionado em 25 de abril de 2022, título longo e avisos de entrada em vigor conforme constam do Singapore Statutes Online. ↩
2. Singapore Statutes Online, informações sobre a entrada em vigor do FSMA 2022: s. 202 em 30 de junho de 2022; Partes 1, 2, 4, 6, 10 e 11, com as seções indicadas, em 28 de abril de 2023; Partes 5, 7 e 8 em 10 de maio de 2024; Parte 3 em 31 de julho de 2024. ↩
3. FATF, Updated Guidance for a Risk-Based Approach to Virtual Assets and Virtual Asset Service Providers, outubro de 2021, pars. 75 e ss., sobre o licenciamento ou registro de VASPs na jurisdição em que são constituídos. ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.